

**A FORMAÇÃO HUMANA ENTRE SOCIALIZAÇÃO E TECNOLOGIA: UMA
LEITURA NEOPRAGMATISTA DE RICHARD RORTY****HUMAN FORMATION BETWEEN SOCIALIZATION AND TECHNOLOGY:
A NEOPRAGMATIST READING OF RICHARD RORTY****LA FORMACIÓN HUMANA ENTRE LA SOCIALIZACIÓN Y LA
TECNOLOGÍA: UNA LECTURA NEOPRAGMATISTA DE RICHARD
RORTY****Bruno Araujo Alencar¹; Valéria da Silva Lemos²**

¹ Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de Pedagogia, Timon/MA, Brasil. Email:
brunoalencar@ufpi.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5233-1142>

² Universidade Estadual do Maranhão, Departamento de Pedagogia, Timon/MA, Brasil. Email:
valerialespedagogia@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1826-0826>

RESUMO

Este artigo analisa a formação humana no contexto da sociedade tecnológica contemporânea a partir do neopragmatismo de Richard Rorty (1931-2007). Em oposição a perspectivas essencialistas da educação, o texto compreende a formação como resultado contingente de processos de *socialização, individualização e redescrição* linguística. A partir de *Philosophy and Social Hope* (1999), argumentaremos que a constituição do sujeito depende simultaneamente de vocabulários públicos compartilhados e da capacidade privada de autocriação. Nesse contexto, a tecnologia aparece como elemento ambíguo: ao mesmo tempo em que pode ampliar práticas solidárias e contribuir para a redução do sofrimento humano, também pode intensificar formas de dominação, controle e disputa de poder. A discussão é tensionada pela leitura de James Tartaglia (2023), que critica o otimismo tecnológico implícito em certas formulações rortyanas ao enfatizar que o desenvolvimento técnico costuma responder mais a interesses econômicos, militares e geopolíticos do que a projetos emancipatórios e sociais. Sustentaremos, por fim, que a questão decisiva não reside na tecnologia em si, mas nos vocabulários ético-políticos que orientam seus usos. Desse modo, o artigo propõe pensar a formação humana como um processo continuamente redescrito pelas mediações tecnológicas da contemporaneidade.

Palavras-chave: Formação Humana. Richard Rorty. *Socialização. Individualização. Tecnologia.*

ABSTRACT

This article analyzes human formation in the context of contemporary technological society from the perspective of Richard Rorty's (1931–2007) neopragmatism. In opposition to essentialist perspectives on education, the text understands formation as the contingent result of processes of socialization, individualization, and linguistic redescription. Drawing on *Philosophy and Social Hope* (1999), we argue that the constitution of the subject depends simultaneously on shared public vocabularies and on the private capacity for self-creation. In this context, technology appears as an ambiguous element: while it may expand solidaristic practices and contribute to the reduction of human suffering, it may also intensify forms of

domination, control, and power disputes. The discussion is further problematized through the reading of James Tartaglia (2023), who criticizes the technological optimism implicit in certain Rortyan formulations by emphasizing that technical development tends to respond more to economic, military, and geopolitical interests than to emancipatory and social projects. Finally, we argue that the decisive issue lies not in technology itself, but in the ethical-political vocabularies that guide its uses. Thus, the article proposes thinking of human formation as a process continuously redescribed by the technological mediations of contemporaneity.

Keywords: Human Formation. Richard Rorty. *Socialization. Individualization.* Technology.

RESUMEN

Este artículo analiza la formación humana en el contexto de la sociedad tecnológica contemporánea a partir del neopragmatismo de Richard Rorty (1931-2007). En oposición a las perspectivas esencialistas de la educación, el texto comprende la formación como el resultado contingente de procesos de socialización, individualización y redescrición lingüística. A partir de *Philosophy and Social Hope* (1999), sostendremos que la constitución del sujeto depende simultáneamente de vocabularios públicos compartidos y de la capacidad privada de autocreación. En este contexto, la tecnología aparece como un elemento ambiguo: al mismo tiempo que puede ampliar prácticas solidarias y contribuir a la reducción del sufrimiento humano, también puede intensificar formas de dominación, control y disputa de poder. La discusión es tensionada por la lectura de James Tartaglia (2023), quien critica el optimismo tecnológico implícito en ciertas formulaciones rortyanas al enfatizar que el desarrollo técnico suele responder más a intereses económicos, militares y geopolíticos que a proyectos emancipatorios y sociales. Sostendremos, finalmente, que la cuestión decisiva no reside en la tecnología en sí misma, sino en los vocabularios ético-políticos que orientan sus usos. De este modo, el artículo propone pensar la formación humana como un proceso continuamente redescrito por las mediaciones tecnológicas de la contemporaneidad.

Palabras clave: Formación Humana. Richard Rorty. *Socialización. Individualización.* Tecnología.

1. INTRODUÇÃO

A tradição pragmatista, sobretudo no contexto neopragmatista, desloca a compreensão da formação humana de um horizonte essencialista e fixo para um campo marcado pela contingência e pela coerência com as práticas sociais. Nesse contexto, a filosofia de Richard Rorty propõe uma reorientação significativa: em vez de buscar fundamentos últimos para o conhecimento, o filósofo enfatiza que o papel da linguagem, da cultura e da *conversação* é acompanhar o fluxo dos dilemas sociais, morais e éticos em que a sociedade atual está envolvida. A formação humana, nesse sentido, não é concebida como fruto da imutabilidade, mas como resultado de processos históricos de *socialização* e *individualização* de contínua *redescricção* do mundo.

É nesse horizonte que se destacam, de acordo com Rorty, as noções acima citadas, entendidas como dimensões complementares da experiência formativa. A *socialização* refere-se à inserção do indivíduo em vocabulários compartilhados e práticas culturais que possibilitam a vida em comum; já a *individualização* diz respeito

à capacidade de *autocriação*, isto é, à possibilidade de redescrever crenças, valores e identidades, ampliando os limites do possível. A noção de *redescrição* ocupa, assim, um lugar central, pois indica que transformações linguísticas e culturais podem engendrar novas formas de subjetividade e novas maneiras de organizar a vida social. Nesse quadro, a formação humana aparece como um processo dinâmico, no qual pertencimento e invenção se articulam de modo tensionado e comunitário.

A partir desse referencial, este artigo busca analisar a formação humana no neopragmatismo de Richard Rorty, enfatizando a articulação entre *socialização*, *individualização* e *redescrição*, bem como suas implicações ético-políticas emergidas no contexto da sociedade tecnológica, especialmente no que diz respeito à ampliação da *solidariedade* e à redução do sofrimento humano. Trata-se de pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, fundamentada na hermenêutica filosófica, tendo como corpus principal *Philosophy and Social Hope* (1999) e *Contingência, Ironia e Solidariedade* (2007), complementadas pela leitura crítica de James Tartaglia (2023). Para tanto, em primeiro instante, tomaremos como base a obra *Philosophy and Social Hope* (1999), na qual Rorty desenvolve uma concepção de filosofia orientada não pela verdade como correspondência, mas pela esperança social e pela construção de comunidades inclusivas, percebendo como seu entendimento de *socialização* e *individualização* são alicerces da vida pública, além de *Contingência, ironia e solidariedade* (2007), admoestando como as interfaces da *redescrição* nos ajudam a pensar os dilemas humanos que mais requerem nossa atenção.

Em um segundo momento, o artigo desloca a análise para a relação entre *solidariedade*, condições materiais e tecnologia, a partir do ensaio *Love and Money* (1999). Nesse contexto, Rorty sustenta que a ampliação da sensibilidade moral e da *solidariedade* não depende apenas de mudanças discursivas, mas também de condições econômicas e institucionais que possibilitem a efetivação de práticas solidárias. Tal perspectiva permite compreender a tecnologia como possível mediação na mitigação do sofrimento humano, especialmente em situações de pobreza extrema, desde que orientada por um vocabulário moral ampliado.

No entanto, esse otimismo é tensionado pela leitura crítica de James Tartaglia (2023), segundo a qual o desenvolvimento tecnológico não é guiado prioritariamente por ideais filantrópicos, mas por motivações profundamente humanas e frequentemente conflitantes, como interesses econômicos, disputas de poder e estratégias de guerra. Essa crítica introduz um elemento de complexidade na análise, ao evidenciar que a

tecnologia não constitui um instrumento neutro de progresso moral, mas um campo atravessado por disputas e finalidades contingentes de páreo de poder.

Diante dessa tensão, o artigo busca problematizar em que medida a tecnologia pode efetivamente contribuir para a ampliação da *solidariedade* e para a redução do sofrimento, ou se, ao contrário, tende a reproduzir e intensificar assimetrias já existentes. Nesse sentido, a questão central que orienta a investigação consiste em compreender como os processos de formação humana, estruturados pela articulação entre *socialização e individualização*, são configurados em contextos marcados pela crescente disputa de poder.

Por fim, argumenta-se que, à luz do neopragmatismo rortyano, a eficácia da tecnologia não pode ser avaliada exclusivamente por sua capacidade técnica, mas deve ser pensada em função das finalidades ético-políticas que orientam seu uso. Assim, mais do que oferecer respostas definitivas, o texto propõe abrir um campo de reflexão acerca dos limites e possibilidades da formação humana em um cenário no qual a linguagem, a *solidariedade* e a tecnologia se entrelaçam de maneira cada vez mais complexa, oferecendo um início dialógico de respostas que nutrem sentimentos de esperança para que o sofrimento humano possa cessar dentro do viés formativo.

2. FORMAÇÃO HUMANA NO NEOPRAGMATISMO DE RORTY: SOCIALIZAÇÃO, INDIVIDUALIZAÇÃO E REDESCRIÇÃO

A palavra pragmatismo, etimologicamente, advém do grego antigo *πρᾶγμα* (*prâgma*), que significa ação, feito, coisa realizada ou aquilo que é feito na prática, é derivado do verbo *πράσσειν* (*prássein*), cujo sentido é agir, fazer ou executar. A partir dessa raiz, forma-se o adjetivo *πραγματικός* (*pragmatikós*), que designa aquilo que se refere à ação prática, aos assuntos concretos ou à experiência efetiva, em contraste com o que é meramente teórico ou abstrato. O termo chega às línguas modernas por meio do latim *pragmaticus*, preservando essa vinculação à prática, enquanto o sufixo *-ismo* indica uma doutrina ou corrente de pensamento, de modo que, linguisticamente, o pragmatismo remete a uma orientação filosófica fundada na primazia da ação e de seus efeitos concretos (Blackburn, 1997).

Ante o exposto, Richard Rorty, filósofo neopragmatista americano, engendra uma forma de fazer filosofia como herança do pragmatismo americano original, iniciado

por Peirce e James no *Clube Metafísico*¹, mensurando ao seu modo de falar de filosofia adereços da prática humana, mas práticas que estejam imbuídas em vocabulários comuns e alternativos, que soem em acordo com comunidades humanas específicas, sem universalismos, o que não permite egoísmos, e sim solidarismo para podermos atuar em contextos particulares, resolvendo demandas singulares de cada grupo social com respeito às demais culturas existentes.

O que os utópicos da política intuíram, desde a Revolução Francesa, não foi que a natureza humana duradoura, com caráter de substrato, teria sido eliminada ou reprimida por instituições sociais “antinaturais” ou “irracionais”, mas que o processo de mudança das linguagens e de outras práticas sociais podem criar seres humanos de um tipo que nunca existiu antes (Rorty, 2007, p. 32).

Dessa forma, o neopragmatismo rortiano, no que diz respeito ao *historicismo* das linguagens, permite compreender a formação/educação humana não como um desvelamento a partir de uma essência, mas como produto contingente de práticas sociais e redescrições sucessivas. Quando Rorty nos adverte que novas formas de linguagem podem engendrar um tipo de ser humano que nunca existiu antes, o neopragmatista desloca o eixo da formação para o campo da cultura e da *conversação*, onde *socialização* e *individualização* se entrelaçam dinamicamente: a primeira garante a inserção do sujeito em vocabulários compartilhados, enquanto a segunda abre espaço para a invenção de novos modos de dizer e de ser, a *autocriação* (Rorty, 1999).

Na obra *Philosophy and social hope* (1999), Rorty desloca a atenção da discussão filosófica para dois polos, não excludentes, mas complementares entre si: a *socialização* e a *individualização*. No texto *Education as socialization and as individualization* contido na obra acima citada, algumas reverberações são interessantes para percebermos o modo ao qual entendemos os seres humanos se relacionando mutuamente entre si através da educação. Dentro deste substrato, a cooptação de Rorty mensura que a *socialização* vem antes da *individualização*, que a primeira se consolida ainda na formação da primeira infância e se estende até meados da entrada do ser humano na vida universitária. Para ele, é trivial que o sujeito se dote de um conjunto de

¹ O Clube Metafísico foi uma proposta pragmatista contra a Metafísica Clássica. Para os expoentes e precursores do Pragmatismo, Peirce e James, tratar de filosofia somente como aporte conceitual e teórico não ajudava em nada a resolver as demandas na natureza social ou políticas do homem. Assim, o pragmatismo erige não somente como uma luz para a sociedade, mas como uma ponte que consegue melhorar a racionalidade humana a se precaver contra essa limitação discursiva (Nascimento, 2014).

regras e cisões da vida social para poder entender como deve questionar o modo operante que insta em atribular a vida e, que de certa forma, obtusa o progresso social.

A socialização tem que vir antes da individualização, e a educação para a liberdade não pode começar antes que algumas restrições tenham sido impostas. Mas, por razões bem diferentes, o ensino superior não profissional, isto é, que foge dos padrões formativos técnicos, também não é uma questão de inculcar a verdade universal, pelo contrário, é o local onde se pode desenvolver um sujeito ético-político. Nestes termos, é uma questão de incitar a dúvida e estimular a imaginação, desafiando assim o consenso prevaiente. Se a educação pré-universitária produz cidadãos alfabetizados e a educação universitária produz autocriação de indivíduos, então as perguntas sobre se os alunos estão aprendendo a verdade podem ser negligenciadas com segurança (Rorty, 1999, p. 118, tradução nossa).

Nessa esteira, a *redescricao* – uma ferramenta linguística que Rorty cria para podermos fugir das mesmas discussões prevaientes da sociedade ao longo dos tempos, fazendo emergir, a partir de problemas humanos, uma filosofia que se ocupe em resolver demandas práticas da própria sociedade em que vivemos, a exemplo, dilemas morais e éticos da nossa época² – assume papel central, pois é por meio dela que os indivíduos reconfiguram suas identidades e ampliam os limites do possível, reafirmando a tese neopragmatista rortyana de que não há fundamentos últimos para o conhecimento, mas apenas práticas discursivas historicamente situadas.

Em vez de compreender a investigação como uma progressão de acordo com uma linha preestabelecida a um entendimento mais verdadeiro, Rorty a compreende como um processo de colocar idéias em diferentes contextos, e apresentar novas descrições. É com esse modelo que ele explica o progresso social e científico e a progressão da cultura ocidental em direção a instituições e práticas mais liberais e compreensivas (Calder, 2006, p. 9).

A *redescricao* constitui um convite à reflexão sobre o cuidado entre os seres humanos, pois é somente ao alcançarmos esse ápice profícuo de reflexão que poderemos abolir qualquer proposta nefasta e intrusiva que resulte em atos de crueldade de uns contra os outros ou até mesmo de progresso científico. Rorty chama esses seres humanos que conseguem oscilar entre seus desejos de perfeição privada e de *solidariedade* com sua comunidade em prol do avanço de suas culturas de *ironistas liberais*.

Tomo minha definição de “liberal” de Judith Shklar, para quem liberais são pessoas que consideram a crueldade a pior coisa que

² Para maiores detalhes, ver obra de Guideon Calder, *Rorty e a redescricao* (2006).

fazemos. Uso “ironista” para designar o tipo de pessoa que enfrenta a contingência de suas convicções e seus desejos mais centrais [...] Os ironistas liberais são pessoas que incluem entre esses desejos, impossíveis de fundamentar, sua própria esperança de que o sofrimento diminua, de que a humilhação dos seres humanos por outros seres humanos possa cessar (Rorty, 2007, p. 18).

Como se vê, a *redescrição* não é um mero exercício retórico, mas uma prática ético-política fundamental para o *ironista liberal*. Ao reconhecer a contingência de suas próprias crenças e valores, esse sujeito torna-se capaz de reconfigurar continuamente sua identidade sem recorrer a fundamentos últimos, orientando-se antes pela redução do sofrimento alheio. Desse modo, a *redescrição* “[...] consiste em descrever uma porção de coisas de maneiras novas, até criar um padrão de conduta linguística que tente a geração em ascensão a adotá-la [...]” (Rorty, 2007, p. 34). A *redescrição* opera como um antídoto contra a crueldade ao ampliar os limites do possível, ela nos impede de naturalizar hierarquias ou humilhações, abrindo espaço para formas mais solidárias e menos violentas de convivência.

Diante do exposto anteriormente, a promoção da adesão à criação desse tipo de seres humanos é estimulada por meio de contextos de *socialização* entre pares de uma mesma comunidade ou de distintas e ocorre através, por exemplo, de algumas instituições sociais, como a escola, onde a educação pode ser semeada com sentimentos de esperança, visando a extinção da crueldade. Falar de educação é mencionar uma das etapas da vida dos seres humanos em que mais nos socializamos com nossos companheiros concidadãos, mas ao mesmo tempo deve-se buscar o florescimento da subjetividade, para Richard Rorty (1999, p. 117, tradução nossa), “[...] a palavra educação abrange dois processos totalmente distintos e igualmente necessários: socialização e individualização”.

Assim, a *socialização* é indispensável para inserir o sujeito em uma comunidade de práticas, valores e linguagens compartilhadas, permitindo que se reconheçam como parte de um coletivo. Não obstante, é importante salientar que a *socialização* de um grupo somente será boa caso seus hábitos e costumes já sejam consolidados como morais e éticos ou que pelo menos estejam na trilha desse projeto “Toda a educação dada por um grupo tende a socializar seus membros, mas a qualidade e o valor da socialização dependem dos hábitos e aspirações do grupo” (Dewey, 1998, p. 78, tradução nossa).

No entanto, esse movimento não pode se encerrar aí. A *individualização* surge como etapa necessária para que cada estudante desenvolva autonomia, criatividade e capacidade crítica, redescrivendo o mundo a partir de sua própria perspectiva. A educação não deve se limitar a reproduzir hábitos e convenções; precisa abrir espaço para que os indivíduos se tornem agentes de transformação, capazes de questionar e reinventar os significados que herdaram (Rorty, 1999).

Nesse prisma, com o avanço da sociedade contemporânea e partindo de um ponto de vista rortiano, temos que pensar a sociedade atual com seus dilemas únicos, ao seu tempo. Na atualidade, um dos grandes impasses do progresso social, a exemplo, está sendo decorrente da má utilização da tecnologia que, com seres humanos que a produzem em sentido estrito, deixa-a massificada nos contornos das disputas de poder, por exemplo. Assim, nessa opulência e dominância a tecnologia se prolifera e desenvolve, a título de exemplo e em muitos casos, tendo como justificativa uma tática bélica que alicerça uma disputa por poder entre nações que subtrai inúmeras vidas, mas ao contrário, se for usada para uma causa justa, em prol da *solidariedade* humana, pode extinguir a pobreza, como por exemplo a partir da técnica de produção de alimentos em larga escala e nutrir sentimentos de esperança para uma comunidade que vive em situação de vulnerabilidade. Não será a nossa intenção neste escrito oferecer soluções para o dilema da pobreza, mas radicalizar o modo como pensamos a tecnologia que livre seres humanos de crueldade pelo viés do neopragmatismo rortiano que inclui a formação humana. Nesse ínterim, provocaremos a seguir uma discussão introduzida por Rorty e que nos levará a pensar a tecnologia nos dias atuais.

3. SOLIDARIEDADE E TECNOLOGIA: MEDIAÇÃO, SUBJETIVIDADE E REDESCRIÇÃO

No ensaio *Love and Money* (na tradução para a língua portuguesa *Amor e dinheiro*), contido em *Philosophy and social hope* (1999), Rorty expõe uma tese contundente e pragmática: o amor, a compaixão e a possibilidade de uma sociedade justa são, em última instância, dependentes de condições materiais, e em parte relacionada à tecnologia, especificamente nos vetores de dinheiro e segurança econômica. O argumento central é uma crítica à ideia romântica de que mudanças culturais ou morais por si só podem erradicar o sofrimento e fomentar a *solidariedade*.

Obviamente que não teceremos em detalhes a asserção discutida pelo filósofo

norte-americano acerca da seara do *materialismo* lá contido. O fato de denotarmos a descrição ante o exposto acima foi alvo de análise do filósofo James Tartaglia no texto *Technology and Rorty's Cultural Politics* (2023). A implicação do *materialismo* discutido por Rorty (1999) e aprimorado por Tartaglia (2023) é promovida por um diálogo que, para Tartaglia, oportuniza a partir de uma esfera pública, meandros políticos e econômicos para que uma sociedade possa ser aprimorada pela adesão à tecnologia como subterfúgio da fuga da condição de pobreza. Para tanto, seria necessário criarmos uma forma de sociedade que pudesse dar vazão a essas ideias que permitiriam salvaguardar a vida pública. Tartaglia analisa a exemplificação pragmática de Rorty quando viajou à Índia, trazendo paulatinamente o caso dos ‘mendigos das ruas quentes da Índia’:

No decorrer desta viagem, eu me vi, como a maioria dos nortistas do Sul, não pensando nos mendigos nas ruas quentes quando voltei ao meu hotel agradavelmente com ar-condicionado, meus conhecidos indianos – colegas acadêmicos, colegas cavalheiros, Nortenhos honorários – deu a mesma pequena porcentagem do que eles tinham em seus bolsos individuais [...] Em vez disso pensamos em iniciativas liberais que poderiam eliminar os mendigos como uma classe (Rorty, 1999, p. 226-227).

O que se evidencia nessa observação parte de uma adesão à ideia atual, em termos ético-políticos de *redescritção*, montada dentro de uma estrutura contemporânea em que a maioria da população mundial tem acesso, e outras não, e, em muitos casos, permite, através de uma presunção solidarista, iniciativas que impulsionem a saída da condição de vulnerabilidade de alguns. Nesses termos, estamos falando da ótica da tecnologia. O que os *liberais*, nas palavras de Rorty, poderiam pensar, seria em alavancar o potencial desenvolvimento tecnológico para atuar como mediação da sessão gratuita das condições subjetivas e econômicas associadas à pobreza, tal como observada em determinados países, a exemplo do Haiti e da Índia (Rorty, 1999).

Nesse contexto, Richard Rorty enfatiza que a superação de situações extremas de vulnerabilidade poderia ocorrer, em certos casos, por meio primeiramente da modificação do vocabulário moral do *nós* “O vocabulário moral do “nós” ao qual estamos aliados é produto do sentimento, não da razão; do afeto, não do efeito. O sentimento pode motivar, a razão não pode” (Calder, 2006, p. 52). Desse modo, Rorty afirma que, quando estamos motivados pela *solidariedade*, a exemplo de estarmos abertos a escutar e a propor melhorias de vida para os mendigos indianos, propomos mudanças radicais em termos atuais, como a tomada de decisões que possam envolver

a possibilidade de incrementos que fariam a diferença na vida de comunidades humanas, como investimentos em soluções tecnológicas. Um exemplo recorrente é o desenvolvimento de técnicas de dessalinização da água do mar, capazes de convertê-la em água potável. Tal iniciativa, ao ampliar o acesso a recursos básicos, contribuiria diretamente para a mitigação da pobreza extrema, sobretudo ao enfrentar problemas estruturais como a fome (Rorty, 1999). No entanto, o que existe na atualidade é uma espécie de corrida tecnológica para fins de um páreo armamentista, uma espécie de disputa entre potências mundiais para ver quem irá deter mais poder.

A tecnologia não resolverá nossos problemas porque ‘os humanos são altamente animais inventivos, que usam seu conhecimento crescente a serviço de suas necessidades mais urgentes – por mais conflitantes que possam ser, ou até auto-destrutivos, como podem provar ser’. A tecnologia do desenvolvimento não é impulsionada pelo tipo de grande projeto filantrópico que os tecnolíticos têm em mente, mas sim pela ‘interação de forças e motivo demasiadamente humanos – guerra, lucro e a vaidade dos líderes (Tartaglia, 2023, p. 17, tradução nossa).

O argumento de Tartaglia (2023) tensiona diretamente o otimismo rortiano em relação ao potencial emancipador da tecnologia, ao deslocar o foco da técnica para a condição antropológica que a orienta. Se, em Rorty (1999), a ampliação do vocabulário moral e da *solidariedade* pode impulsionar usos tecnologicamente orientados à redução do sofrimento, Tartaglia (2023) sugere que tal expectativa encontra limites na própria historicidade dos interesses humanos. A tecnologia, nesse sentido, não opera como vetor neutro de progresso moral, mas como extensão de motivações profundamente ambíguas. Tal leitura converge com análises contemporâneas que indicam que sistemas tecnológicos são moldados por interesses econômicos, políticos e muito pouco sociais, não sendo, portanto, intrinsecamente orientados ao bem comum.

Assim, a tensão entre Rorty e Tartaglia não implica uma refutação completa do primeiro, mas evidencia que a eficácia da tecnologia na mitigação da pobreza depende menos de sua capacidade técnica e mais da reconfiguração ética das finalidades humanas que a mobilizam. Um grande exemplo seria o fato narrado por Rorty sobre a preocupação com o investimento tecnológico no seio da população brasileira para potencializar a geração de empregos e consequente retirada da população das margens da penúria, seguido de um misto coerente de possíveis resolutibilidades para encerrar/diminuir a poluição do planeta, e assim todas as comunidades sairiam ganhando com a limpeza da nossa camada de ozônio.

Se houver uma solução feliz para o dilema criado pela necessidade de brasileiros muito pobres de encontrarem trabalho e pela necessidade do resto de nós pelo oxigênio produzido pela floresta amazônica, será o resultado de alguma iniciativa burocrático-tecnológica ainda inimaginável [...] (Rorty, 1999, p. 228, tradução nossa).

A passagem de Richard Rorty evidencia a centralidade da esperança social e da criatividade institucional em seu pragmatismo político. Ao mencionar a necessidade de soluções ‘burocrático-tecnológicas’ para conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, o filósofo demonstra confiança na capacidade humana de produzir alternativas contingentes para problemas historicamente complexos. Contudo, a reflexão também revela um limite importante apontado por Tartaglia (2023): a tecnologia, por si só, não garante emancipação social ou equilíbrio ecológico. Sua efetividade depende das finalidades éticas e políticas que orientam sua utilização. Dessa forma, a questão da pobreza, da desigualdade e da preservação ambiental ultrapassa o campo meramente técnico, exigindo uma *redescrição* moral das prioridades coletivas e uma ampliação da *solidariedade* entre diferentes comunidades humanas.

Assim, a estratégia compacta objetivamente a ascensão da tecnologia alinhada ao pensamento de Richard Rorty, mostrando, gradativamente, como as noções de *socialização* e *individualização* externalizadas outrora por ele corroboram com aspectos futuros da boa experiência humana. A redução da margem da pobreza da maioria da população mundial invoca requisitos que devem existir um misto tanto do ponto de vista de que a *socialização* garante pertencimento aos valores do Estado e da *individualização* que garante autenticidade do próprio sujeito. No entanto, seria preciso nos perguntar até que ponto a mediação tecnológica desafia e reconfigura o processo de *individualização* (*autocriação*) na perspectiva de Richard Rorty, bem como qual seria o seu papel como mediadora da *socialização* no contexto da formação humana?

Chamaremos esse ponto de *individualização digital*, amiúde longe do pensamento da comunidade humana, restrito, muitas vezes, à configuração homem-homem ocidental conservador, o que enfraquece a dimensão comunitária e pública frequentemente resumida a um produto, que deveria advir/ser proporcionada a partir de instituições de ensino, que frutificariam espaços de convivência, diálogo e construção coletiva dentro dos meandros da *solidariedade* humana.

Mais do que eficiência, o que está em jogo é a capacidade de criar novas formas de ver o mundo, aquilo que Rorty (2007) chama de *redescrição*. Nesse sentido,

pesquisas como essa podem se dedicar a compreender se essas tecnologias estimulam realmente a imaginação moral e a criatividade dos seres humanos ou se acabam limitando a experiência a respostas repetidas que apenas dão continuidade às formas de proliferação de poder. Também vale olhar para a dimensão da *solidariedade*, perguntando se a *socialização* digital fortalece os vínculos comunitários ou se afasta os sujeitos da convivência humana que dá sentido à vida em sociedade.

Portanto, em perspectivas futuras, daremos continuidade a essa discussão em momentos vindouros, não encerrando nossas exegeses aqui, pelo contrário, indicamos a necessidade de prosseguimento da investida robusta e criativa da investigação da temática tecnológica em Rorty, buscando novas maneiras de entender os impactos da tecnologia na formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida dentro da seara filosófica de Richard Rorty ao longo deste artigo permitiu evidenciar que as noções de *socialização* e *individualização* revelam-se centrais, não como dimensões opostas, mas como instâncias complementares e tensionadas que estruturam a formação humana em meio a um cenário tecnológico. Como a *socialização* insere o indivíduo em vocabulários compartilhados e formas de vida coletivas, cabe à *individualização* possibilitar a autocriação por meio da *redescrição*, permitindo a emergência de novas formas de subjetividade.

A *redescrição*, nesse contexto, apresenta-se mais do que um recurso linguístico: trata-se de uma prática ético-política que amplia os horizontes da imaginação moral e contribui para a expansão da *solidariedade* em contraponto à disputa de poder em que a tecnologia muitas vezes está ancorada. Como indicado na tradição pragmatista, o progresso moral não decorre da descoberta de verdades universais, mas do alargamento do *nós*, isto é, da capacidade de incluir novos sujeitos no círculo da consideração moral. Assim, a formação humana, sob essa perspectiva, está intrinsecamente vinculada à possibilidade de reduzir o sofrimento e de criar formas mais inclusivas de convivência dentro do âmbito tecnológico.

Entretanto, ao deslocarmos a análise para a relação entre *solidariedade*, condições materiais e tecnologia, torna-se evidente que o projeto rortiano encontra limites importantes. Se, por um lado, Rorty aposta na ampliação do vocabulário moral

como condição para orientar práticas solidárias, inclusive mediadas por soluções tecnológicas, como evidenciamos na seção 2 a partir de um atravessamento filosófico no texto *Love and money* (1999), por outro, a crítica de Tartaglia (2023) evidencia que o desenvolvimento tecnológico não se dá em um vácuo ético, mas é atravessado por interesses humanos frequentemente conflitantes, como lucro, poder e disputas geopolíticas. A tecnologia, nesse sentido, não pode ser compreendida como instrumento neutro de emancipação, mas como produto de dinâmicas históricas e sociais que condicionam seus usos e finalidades.

Dessa tensão emerge uma questão decisiva: a eficácia da tecnologia na mitigação do sofrimento humano depende menos de sua capacidade técnica do que das finalidades ético-políticas que orientam sua aplicação. Em outras palavras, sem uma reconfiguração dos vocabulários morais e das práticas sociais que a sustenta, o potencial transformador da tecnologia tende a ser capturado por lógicas que reproduzem desigualdades e formas de dominação.

Nesse cenário, a formação humana assume um papel ainda mais decisivo. Se a *socialização* garante a inserção em práticas e valores compartilhados, e a *individualização* possibilita a crítica e a invenção de novos sentidos, então o desafio contemporâneo consiste em articular essas dimensões de modo a fomentar sujeitos capazes de redescrever não apenas a si mesmos, mas também as estruturas sociais e tecnológicas que os constituem. Trata-se, portanto, de pensar a educação e a cultura como espaços privilegiados para o cultivo da imaginação moral, da sensibilidade ao sofrimento alheio e da responsabilidade coletiva.

Por fim, este estudo não pretende oferecer respostas definitivas, mas abrir um campo de investigação: as transformações tecnológicas contemporâneas não anulam as categorias rortyanas de análise, mas exigem sua contínua *redescrição*. Nesse sentido, permanece em aberto a questão sobre se tais transformações ampliarão as possibilidades de *solidariedade* e autocriação ou se, ao contrário, contribuirão para o estreitamento da experiência humana. A resposta a essa questão dependerá, em última instância, não da tecnologia em si, mas das escolhas humanas que orientam seu desenvolvimento e uso, reafirmando, assim, o núcleo do projeto neopragmatista: a aposta na contingência, na esperança social e na capacidade humana de criar futuros inclusivos e menos cruéis.

REFERÊNCIAS

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Trad. Danilo Marcondes.



Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CALDER, Guideon. **Rorty e a rescrição**. Campinas: Unesp, 2006.

DEWEY, John. **Democracia y educación**: una introducción a la filosofía de la educación. 3. ed. Madri: Ediciones Morata, 1998.

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães do. **Dewey e Rorty**: da metafísica empírica à metafísica da cultura. Teresina: EDUFPI, 2014.

RORTY, Richard. Education as socialization and as individualization. *In*: RORTY, Richard. **Philosophy and social hope**. London: Penguin Books, 1999. p. 114-126.

RORTY, Richard. Love and Money. *In*: RORTY, Richard. **Philosophy and social hope**. London: Penguin Books, 1999. p. 223-227.

RORTY, Richard. **Contingência, ironia e solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes. 2007.

TARTAGLIA, James. **Technology and Rorty's Cultural Politics**. Keele: Keele University, 2023. 27 p. Disponível em: <https://jamestartaglia.com/doc/A1.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2026.

Submetido em: 17/05/2026

Aceito em: 01/08/2026